

**ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
AMBIENTAL- PMGO NO CONTEXTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL NA PERSPECTIVA
DO POLICIAL MILITAR**

**ANALYSIS OF THE MAIN CHALLENGES OF THE ENVIRONMENTAL MILITARY
POLICE BATTALION - PMGO IN THE CONTEXT OF OPERATIONAL ACTIVITY
FROM THE PERSPECTIVE OF THE MILITARY POLICE OFFICER**

Giovane de Jesus Santos*
Alessandra Maria da Silva**

RESUMO

Este estudo aborda os desafios enfrentados pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em sua atuação operacional. Através de questionários e entrevistas, policiais do BPMA foram questionados sobre questões relacionadas à exploração ilegal de recursos naturais, falta de conscientização ambiental, extensão territorial do estado de Goiás, resistência da população e influência política/econômica. Os resultados destacaram a percepção dos policiais sobre a complexidade dos desafios, enfatizando a relação entre aspectos históricos da colonização, conscientização ambiental, extensão territorial e influência de poderosos na exploração ilegal. A necessidade de educação ambiental, políticas públicas mais efetivas e capacidade de resposta diante do alto número de ocorrências emergiram como pontos cruciais para a atuação do BPMA. A pesquisa aponta para a importância de políticas educacionais, conscientização da população e ações governamentais mais robustas para enfrentar os desafios ambientais.

Palavras-chave: Polícia Ambiental, recursos naturais, conscientização ambiental, desafios, políticas públicas.

ABSTRACT

This study addresses the challenges faced by the Environmental Military Police Battalion (BPMA) of the Military Police of the State of Goiás (PMGO) in its operational activities. Through questionnaires and interviews, BPMA officers were asked about issues related to illegal exploitation of natural resources, lack of environmental awareness, the vast territorial extent of the state of Goiás, resistance from the population, and political/economic influence. The results highlighted the officers' perception of the complexity of these challenges, emphasizing the relationship between historical aspects of colonization, environmental awareness, territorial expanse, and the influence of powerful entities in illegal exploitation. The need for environmental education, more effective public policies, and the ability to

* Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma L Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: giovanasantos846@gmail.com

** Professora orientadora, Pós-graduada em Gestão Pública e Neuropedagogia, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 08 de outubro de 2023.

respond to the high number of incidents emerged as crucial points for BPMA's actions. The research points to the importance of educational policies, public awareness, and stronger governmental actions to tackle environmental challenges.

Keywords: Environmental Police, natural resources, environmental awareness, challenges, public, policies.

1 INTRODUÇÃO

A rotina do policial é cercada de desafios dos mais variados, que mudam todos os dias. Nesse viés, a ação policial acaba deparando-se em certas situações onde causa distanciamento em certos segmentos da segurança pública no que tange a relação entre policiamento e sociedade. Por conseguinte, quais são os principais problemas enfrentados pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental no contexto da atividade operacional na perspectiva do policial militar? A falta de informações sobre o BPMA corrobora para a atitude resistente da sociedade?

Para responder tais indagações o presente trabalho tem como objetivo geral elencar e analisar os principais desafios do Batalhão de Polícia Militar Ambiental da PMGO no contexto da atividade operacional na perspectiva do policial militar. Com objetivos específicos de: Coletar dados sobre a atuação do BPM Ambiental do ano de 2022, Quantificar os dados obtidos sobre a atuação do BPMA; Entrevistar os policiais do BPM Ambiental sobre os empecilhos encontrados durante o policiamento ambiental na vertente de haver uma resistência da população nos locais de atuação; Avaliar as respostas dos policiais militares do BPMA da Polícia Militar do Estado de Goiás sobre os desafios no exercício legal da atuação e esclarecer sobre a função primordial do BPMA.

Com o intuito de elencar os principais desafios do Batalhão de Polícia Militar Ambiental no contexto da atividade operacional na perspectiva do policial militar, faz-se necessário um estudo aprofundado para pontuar os principais entraves associados ao estigma negativo que a população tem sobre a referida atuação policial militar. O referido trabalho se faz relevante, pois além de elencar e analisar os principais desafios na atuação do policial militar, terá pressupostos para que tenha mais aproximação entre o policial militar e a sociedade diretamente envolvida. População esta, que muitas vezes tem uma visão pejorativa voltada apenas para o teor punitivo do policiamento ambiental e que esquece outrora que o Batalhão de

Polícia Militar Ambiental é uma especializada incumbida não apenas de fiscalizar o meio ambiente, mas uma força de segurança em preservação da fauna, flora e sociedade goiana.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A conscientização e a preservação do meio ambiente são temas de extrema importância na atualidade, uma vez que a degradação ambiental e as mudanças climáticas representam sérias ameaças para o nosso planeta e para as futuras gerações. São responsabilidades compartilhadas por todos, e a ação coletiva é essencial para garantir um futuro sustentável para o nosso planeta (CARVALHO E ESTENDER, 2017).

De acordo, Carvalho e Estender (2017) a conscientização ambiental envolve educar as pessoas sobre a importância de proteger o meio ambiente e promover um entendimento mais profundo dos problemas ambientais. Isso pode ser feito por meio de campanhas de sensibilização, programas educacionais, mídia, palestras e ações comunitárias. A conscientização e a preservação do meio ambiente não são responsabilidades exclusivas dos governos ou organizações ambientais. Indivíduos, comunidades e empresas também desempenham um papel fundamental. É importante que todos se envolvam ativamente na promoção da sustentabilidade.

De acordo com Quintas (2006) apud Carvalho e Estender (2017):

A educação ambiental constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, sendo assim, a organização pode ampliar e incentivar a conscientização através da educação ambiental dos servidores. Assim, os colaboradores podem desenvolver as mudanças desejadas pela empresa, transformando o clima organizacional, oferecendo ideias e ações que possam favorecer a ampliação do conhecimento e alcançar o objetivo de conscientizar todos os servidores e usuários. (QUINTAS (2006) APUD CARVALHO E ESTENDER (2017)).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da educação ambiental no que tange a conscientização da população sobre o viés da preservação do Meio Ambiente.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1998), no título VIII da ordem social, capítulo VI do meio ambiente destaca que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse viés, é dever de todos zelarem pela preservação do Meio Ambiente, priorizando para que as próximas gerações possam gozar de um ambiente equilibrado e propício para a vida em todos os seus segmentos.

Ademais, leis e regulamentos ambientais desempenham um papel crucial na proteção do meio ambiente. Estabelecem padrões e diretrizes para as atividades humanas e ajudam a responsabilizar aqueles que causam danos ambientais. Todavia, a educação ambiental deve ser contínua ao longo da vida, pois a compreensão dos desafios ambientais evolui e novas Soluções são desenvolvidas. Portanto, é importante continuar aprendendo sobre o meio ambiente e como protegê-lo.

2.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO BATALHÃO AMBIENTAL

O Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) é uma unidade especializada da polícia que tem como principal objetivo a preservação e fiscalização do meio ambiente. Suas áreas de atuação incluem uma série de atividades relacionadas à proteção ambiental e à manutenção da ordem pública em situações que envolvam questões ambientais. As principais áreas de atuação do Batalhão Ambiental da PMGO incluem: Patrulhamento ostensivo por terra, Patrulhamento Náutico de forma ostensiva e reativa, combate à pesca proibida (período de defeso-Piracema), pesca predatória, tráfico de drogas, prostituição infantil, garimpo irregular, caça, desmatamento, represamento de água, extração de minérios por terra (por terra) e maus tratos a animais (MACHADO E SILVA, 2018).

Contudo, percebe-se que parte da sociedade tem uma grande resistência em relação à atuação BPMA. Constata-se um estigma negativo associado ao referido batalhão. Embora, seja uma unidade especializada da polícia, cuja área de atuação principal é a preservação e fiscalização do meio ambiente, não se pode ignorar o fato de que quaisquer crimes que vierem a ocorrer durante um patrulhamento será coibido e os infratores levados aos órgãos competentes (MACHADO E SILVA, 2018).

Todavia, uma parcela significativa da população possui o pensamento enraizado pelo aspecto cultural da exploração e de forma negativa, numa perspectiva errônea considera que o policiamento ambiental visa apenas coibir crimes contra a fauna e flora. Grande parte da população ignora o fato de que quaisquer tipos de crimes contra o cidadão ou meio ambientes serão coibidos ao rigor da lei. Dessa forma, verifica a propagação de uma imagem negativa para com o BPMA, tal fato que pode ser elencado como um desafio da atuação policial.

2.3 BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL VERSUS EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A Lei 9.605/1998, também conhecida como Lei de Crimes Ambientais, é a legislação brasileira que trata dos crimes contra o meio ambiente e estabelece as sanções penais e administrativas aplicáveis a esses crimes. Ela não se refere especificamente à exploração dos recursos naturais, mas abrange uma ampla gama de condutas prejudiciais ao meio ambiente (BRASIL, 1998).

A lei proíbe, por exemplo: a caça, a pesca predatória, o tráfico de animais silvestres e outros atos que causem danos à fauna brasileira. Esses crimes podem resultar em penas de detenção e multas. Proíbe o desmatamento ilegal, a extração de madeira sem autorização, o tráfico de produtos florestais e outras atividades prejudiciais à vegetação. Novamente, esses crimes podem resultar em penas de detenção e multas.

O artigo 2ª da lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, assegura que:

- A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
 - II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
 - III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
 - IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
 - V- controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
 - VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
 - VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

- VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Portanto, a legislação ambiental brasileira tem o objetivo de equilibrar a exploração dos recursos naturais com a conservação ambiental, garantindo que o uso dos recursos seja realizado de maneira responsável e sustentável.

Conforme o artigo citado é possível explorar os recursos naturais de forma racional e sempre com o intuito de manter o meio ambiente protegido. No entanto, embora exista a lei para regulamentar tal exploração verifica que a ambição do homem extrapola tais normas regulamentadoras e licenças concedidas. Ademais, os empresários visam apenas o lucro momentâneo e não preocupa com consequências que tais ações ilegais causam ao meio ambiente e assim comprometendo a vida de diversos ecossistemas e para as próximas gerações.

2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS E A IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A história da formação do Brasil, desde os tempos coloniais, está profundamente ligada à exploração dos recursos naturais, e o pau-brasil desempenhou um papel vital nesse processo. Quando os primeiros portugueses chegaram ao território que hoje conhecemos como Brasil, no século XVI, eles rapidamente perceberam a presença desse recurso valioso - uma madeira nobre com uma característica coloração avermelhada, que acabou batizando o país (OLIVIERI, 2014).

Segundo Olivieri (2014), a exploração do pau-brasil representou a primeira atividade econômica de grande relevância dos colonizadores portugueses no Brasil. Eles se dedicaram ao corte das árvores de pau-brasil, extraíndo a madeira de grande valor, que era amplamente demandada na Europa para a produção de corantes e tintas. Essa exploração se concentrou, em sua maioria, nas áreas do litoral nordeste do Brasil, onde a árvore era abundantemente encontrada. É interessante observar que o monopólio estatal português controlava estritamente a extração do pau-brasil, impondo pesados impostos sobre essa madeira preciosa.

Ao longo dos séculos, essa exploração de recursos naturais continuou, com portugueses e, posteriormente, brasileiros, direcionando seus esforços para outros

recursos, como açúcar, ouro, café, diamantes, borracha, entre outros. A exploração desses recursos desempenhou um papel de destaque na formação econômica e social do Brasil, influenciando profundamente o desenvolvimento de diversas regiões ao longo da história (OLIVIERI, 2014).

Nesse viés, observa-se que a relação entre alguns brasileiros para com a natureza extrapola os aspectos econômicos. Pelo fator cultural, histórico de colonização uma parcela da população tende sempre a querer usufruir de forma ilícita dos recursos naturais. Explora de forma desenfreada todos os recursos de uma determinada região sem se preocupar com a sustentabilidade, preservação e racionalidade. Agindo assim, em desconformidade com os termos legais da Constituição Federal Brasileira e demais normas de preservação ambiental (OLIVIERI, 2014).

O BPMA enfrenta diversos desafios relacionados à exploração ilícita dos recursos naturais em sua atuação. Esses desafios são complexos e envolvem questões legais, ambientais, sociais e econômicas. Todavia, a fiscalização ambiental é crucial para garantir que o planeta seja preservado para as gerações futuras, protegendo a biodiversidade, a saúde humana e os recursos naturais essenciais. Ela desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais sustentável e saudável.

Filho e Costa (2018, p. 4) elencam:

Os homens que compõem o efetivo do hoje chamado BPMamb têm desempenhado um bom trabalho. São diversas ocorrências noticiadas todos os dias, prisões e apreensões. Porém surge uma grande contradição, onde se torna notório que, não obstante de todo esforço, as políticas públicas parecem não surtirem efeito, infelizmente as leis não assustam os agentes destruidores. É importante ressaltar que o Batalhão Ambiental é de suma importância para que o cerrado goiano continue vivo, tão importante que está expresso em lei estadual, percebendo que apenas é necessário melhores olhos, maior atenção para que este amplie seu trabalho e consiga salvar o que ainda resta do bioma. Não fosse o trabalho feito até hoje não existiria resquício da fauna e flora local.

Dessa maneira, destaca-se que a fiscalização e policiamento ambiental são primordiais para a preservação do meio ambiente, prevenção e repressão aos crimes ambientais. Todavia, ainda no presente momento carece que os órgãos públicos sejam mais incisivos ao julgar os criminosos.

3 METODOLOGIA

Atualmente constata-se diversos desafios em relação à preservação e também no que tange aos órgãos que atuam diretamente na fiscalização e preservação do meio ambiente. Nesse prisma, cabe elencar e analisar quais são os principais desafios da atuação do BPMA da PMGO em relação a sua atividade operacional e verificar se a falta de informações somada à falta de consciência da população sobre o uso racional dos recursos naturais está associada à significativa resistência dos mesmos frente à atuação do BPMA.

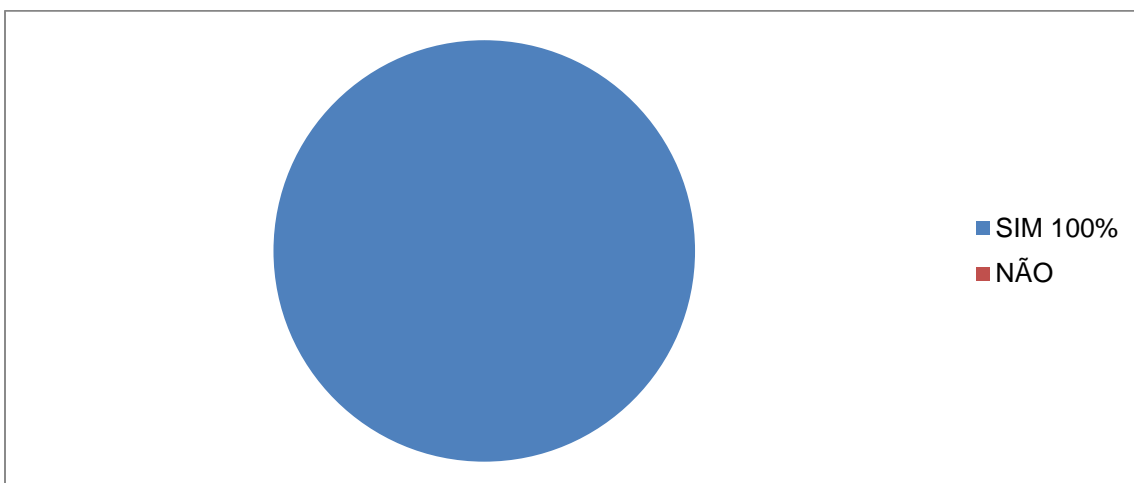
Mormente, a pesquisa do referido artigo é de cunho qualitativo e quantitativo e foram aplicados questionários estruturados com perguntas relacionadas à atividade operacional para os policiais lotados na terceira (CDPMA) de Caldas Novas/Batalhão Ambiental/COC através do *Google Forms*, na qual poderá optar pelo anonimato. E com o intuito de coletar mais informações a cerca dos desafios, foi entrevistado o Maurício Vianna Tambellini, (Chefe do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas). Ressalta-se que o entrevistado estava ciente dos objetivos da pesquisa. Para que assim, tornasse possível ponderar os desafios sobre o viés do policial e do cidadão atuante. A coleta de dados foi realizada em diversas etapas meticulosamente planejadas.

Os questionários foram distribuídos de forma online, e a entrevista marcada e conduzida por meio de videoconferência, considerando a preferência do entrevistado. A escrita do artigo foi desenvolvida por meio de análises, leitura, textos redigidos de forma simples, linear e todos os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados e tabulados. As respostas da entrevista foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

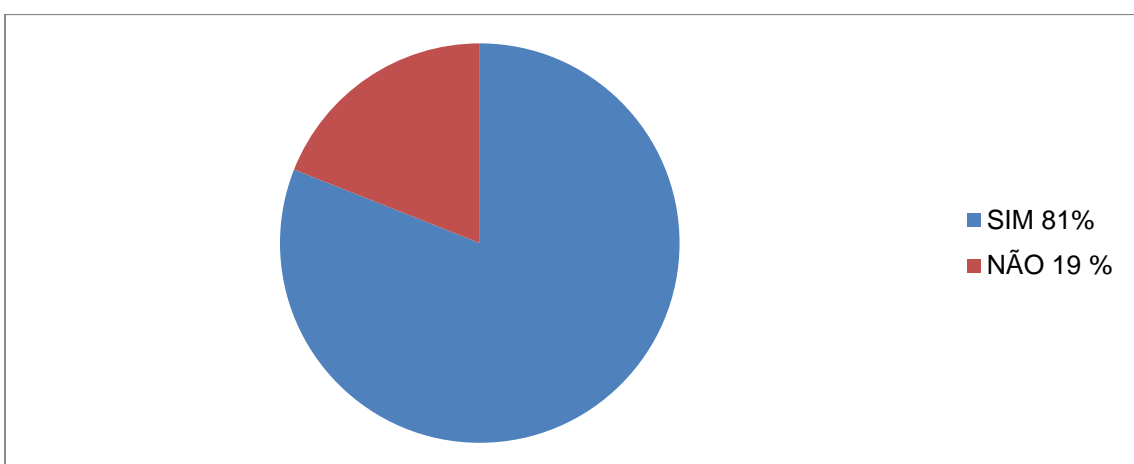
De acordo com um questionário realizado no período de 21 de outubro de 2023 a 2 de novembro do mesmo ano, com a participação de 21 policiais do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), com objetivo de identificar os principais desafios enfrentados pela PMGO em sua atuação. O questionário consistiu em sete perguntas, cujas respostas revelaram as seguintes percepções:

Gráfico 1. Pergunta: "Você considera que o aspecto cultural e histórico da colonização do Brasil colabora para a exploração ilegal dos recursos naturais de forma ilegal?"



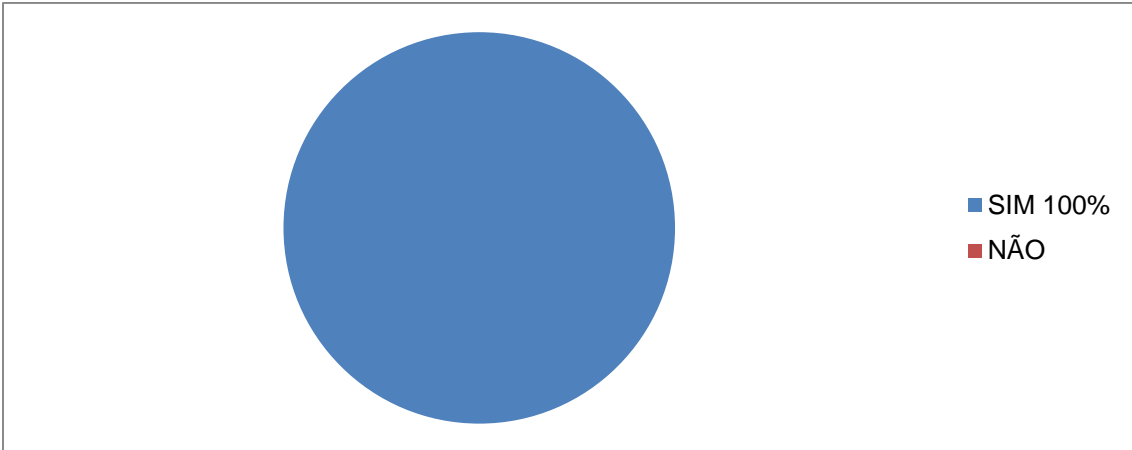
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 2. Pergunta: "Você considera que a extensão territorial do estado de Goiás é um desafio para a atuação do BPMA da PMGO?"



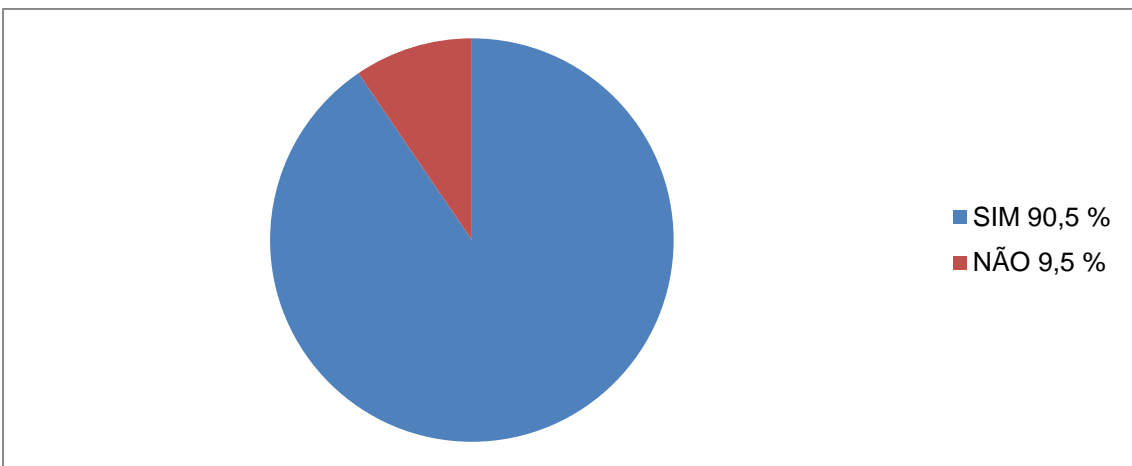
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 3. Pergunta: "Você considera que a falta de consciência ambiental torna-se um dos fatores desafiadores para a atuação do BPMA da PMGO?"



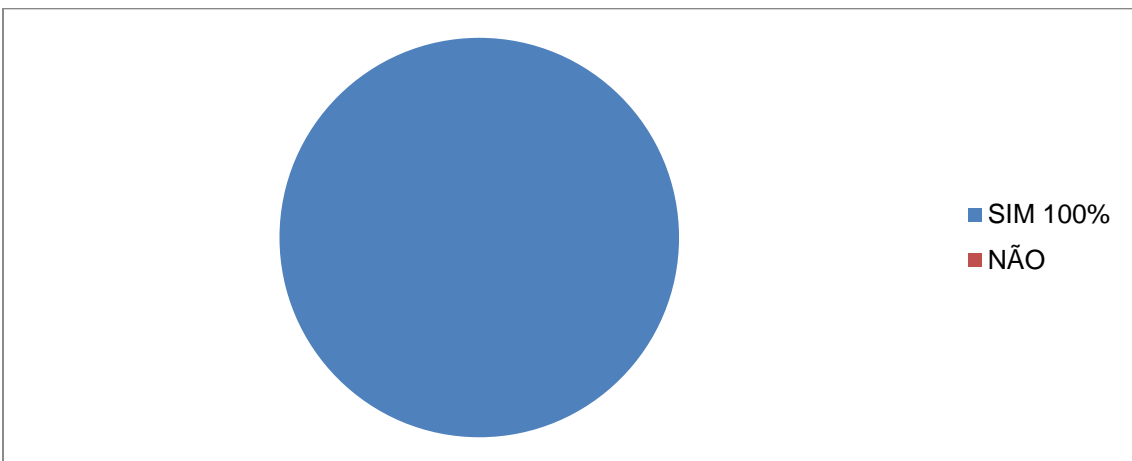
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 4. Pergunta: "Você considera que um dos principais desafios da atuação do BPMA da PMGO está relacionado com o grande poder aquisitivo de muitos exploradores/empresários e sua correlação política?"



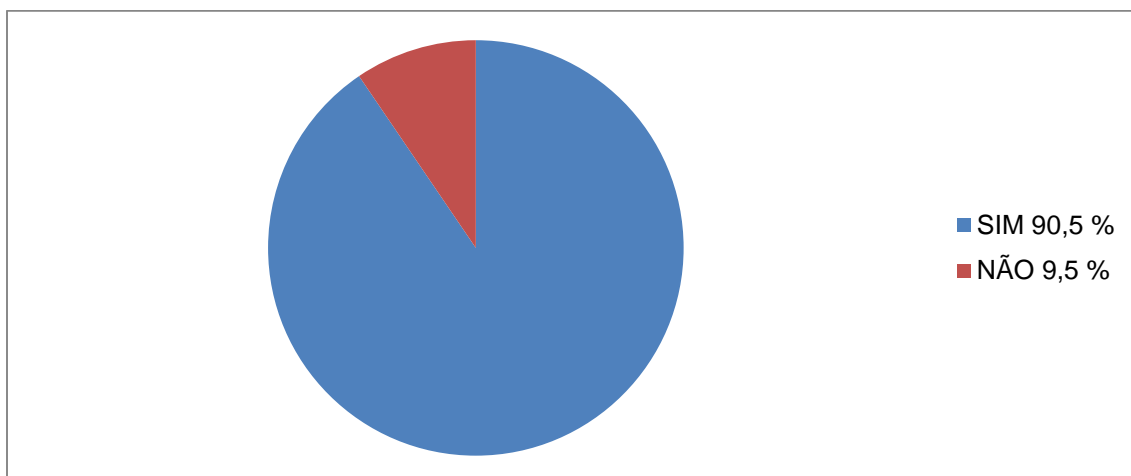
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 5. Pergunta: "Você considera que a disciplina de Educação Ambiental deveria ser obrigatória na rede Estadual e Municipal de Ensino?"



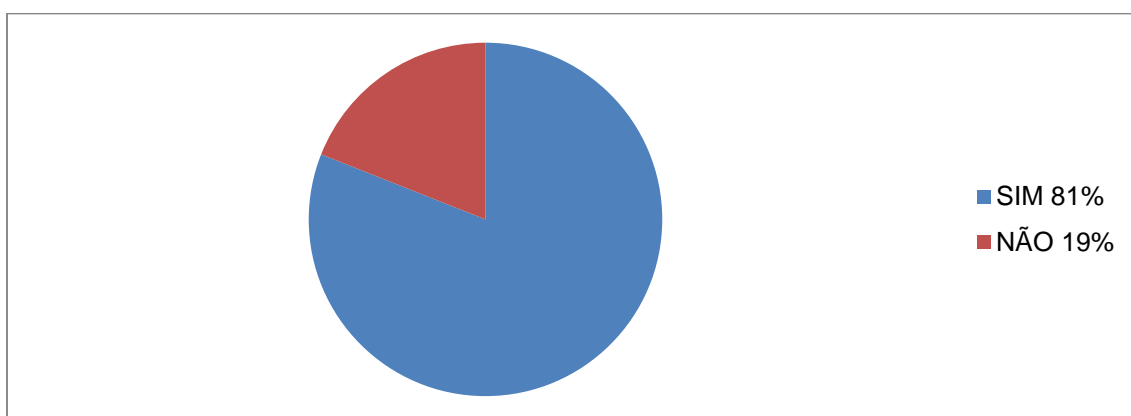
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 6. Pergunta: "Você considera que parte da população tem resistência em relação à atuação do BPMA?"



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Gráfico 7. Pergunta: "Você considera que parte da população desconhece as áreas de atuação do BPMA?"



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Esses resultados indicam que os policiais do BPMA da PMGO percebem desafios significativos relacionados à exploração ilegal de recursos naturais, falta de consciência ambiental, influência do poder aquisitivo de exploradores/empresários, resistência por parte da população e falta de conhecimento sobre as áreas de atuação da unidade. Além disso, a extensão territorial do estado de Goiás também é considerada um desafio por uma parcela dos entrevistados. Portanto, essas percepções podem ser úteis para orientar políticas e ações no campo da segurança ambiental em Goiás.

Além do questionário, uma entrevista com seis perguntas foi conduzida com o objetivo de correlacionar dados em relação ao propósito do estudo. Quando questionado sobre as seguintes questões:

1. "Você considera que o aspecto cultural e histórico da colonização do Brasil colabora para a exploração ilegal dos recursos naturais de forma ilegal?" e 2. "Você considera que a falta de consciência ambiental torna-se um dos fatores desafiantes para a atuação do BPMA da PMGO?" O entrevistado respondeu "sim" para ambas as perguntas.

Nesse prisma, conforme aborda Olivieri (2014), o aspecto cultural e o processo histórico de colonização do Brasil está associado à perpetuação da exploração dos recursos naturais, exploração esta em sua maioria ilegal. Mas, não podemos focar apenas nesse fator histórico, uma vez que a falta de conscientização é inerente nas ações dos criminosos. Em contrapartida, muitos destes criminosos possui formação acadêmica e mesmo com uma vasta gama de conhecimentos tende a explorar tanto o meio ambiente como influencia diretamente os seus subordinados.

3. Pergunta: "Você considera que a disciplina de Educação Ambiental deveria ser obrigatória na rede Estadual e Municipal de Ensino? POR QUÊ?" Resposta: "Sim, devido à necessidade de promover uma mudança de comportamento, que parte de um entendimento melhor do Meio Ambiente natural que fazemos parte."

Conforme o pensamento de Quintas (2006) apud Carvalho e Estender (2017), a educação ambiental é de suma importância para a preservação do meio ambiente, por construir valores sociais, atitudes e competências direcionadas a preservação. Nesse interim, a educação ambiental, torna-se um fator importante para a preservação da natureza, pois, a mesma tem a capacidade de moldar o ser humano, em atitudes, percepções e criticidade em perceber que as futuras gerações necessita de ambiente equilibrado e que isto é dever de todos. Dessa maneira, a educação ambiental torna-se fator crucial por possibilitar que o ser humano tenha criticidade e que atuará diretamente na preservação ambiental, seja denunciando ou rompendo com obsoletas práticas de exploração.

4. Pergunta: "Você considera que o avanço da tecnologia trouxe malefícios para a atuação dos órgãos fiscalizadores? Por quê?"

Resposta:

Não, a Tecnologia tem propiciado uma maior facilidade para detecção de crimes ambientais e sua apuração, em especial os monitoramentos por satélite para identificação na base, equipamentos que auxiliam na mensuração e quantificação mais rápida do crime em campo."

Todavia, Ao abordar a questão do avanço da tecnologia, é evidente que esse progresso trouxe tanto benefícios quanto desafios para a atuação do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) e, de maneira mais ampla, para as forças de segurança ambiental. O impacto do avanço tecnológico na atuação do BPMA depende de diversos fatores e das estratégias adotadas.

No que se refere aos desafios, o avanço da tecnologia pode proporcionar aos criminosos a oportunidade de desenvolver métodos mais sofisticados e de difícil detecção para cometer crimes ambientais, como a extração ilegal de recursos naturais, a caça ilegal de animais selvagens e a poluição. Para combater esse cenário, é essencial que os policiais do BPMA estejam devidamente atualizados e treinados para lidar com as novas tecnologias, que incluem sistemas de vigilância, análise de dados geoespaciais e investigações cibernéticas.

5. Pergunta: “Como conscientizar uma população que historicamente explora de forma ilegal os recursos naturais? A educação ambiental seria uma solução imediata? Os governantes deveriam estar mais preocupados com os danos que tais explorações ilegais trazem para o meio ambiente?”

Resposta:

Para conscientizar mais as pessoas seria necessário um investimento maior em material educativo, em multiplicadores e mídias em geral, isto associado com uma punição eficiente e em maior escala quantitativa (a quantidade de repressão creio ter mais efeito que um grau mais severo na punição, considerando que para muitos tendo um primeiro momento de punição, faz grande efeito na mudança de comportamento). Sim, os governantes precisam se preocupar mais com esses comportamentos nocivos, considerando tudo que está envolvido, tais atos trazem problemas não só na área ambiental, mas reduz a qualidade de vida, aumenta os problemas regionais de saúde, estimula outros atos ilegais devido a impunidade e a baixa compreensão da importância do indivíduo junto ao coletivo, além de problemas maiores que temos visto de alterações climáticas e aumento de desastres naturais e muitos associados a exploração de recursos naturais realizadas de maneira inadequada.

A educação ambiental seria uma ação de médio e longo prazo, talvez uma "propaganda" em mídia em geral possa ser considerada uma ação para ajudar em soluções mais imediatas, mas que não se sustenta sem a educação ambiental de médio e longo prazo. No entanto, os governantes deveriam criar mais políticas públicas voltadas para a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, pois, diversas famílias, por exemplo, sobrevivem dos recursos naturais. Mas, que por interesses de pessoas que detêm de grande poder aquisitivo corrobora para que a exploração em grande escala e infringindo normas e leis regulamentadoras.

6. Pergunta: “Quais são os desafios mais críticos em relação à preservação ambiental e atuação dos órgãos fiscalizadores?”

Resposta:

Capacidade de resposta, hoje o baixo contingente, diante do número enorme de ocorrências, gera a situação onde os órgãos e seus servidores precisam escolher em qual ocorrência devem despende seus esforços, o que faz com que muitas ocorrências, mesmo que conhecidas, não sejam apuradas e feito os devidos atos na inibição e punição dos ilícitos ambientais.

Segundo Filho e Costa (2018), o efetivo do BPMA desempenha um ótimo trabalho frente a fiscalização e repressão. Contudo, a capacidade de resposta fica prejudicada, pautando-se no número de ocorrências e no baixo contingente. Cabe destacar, que as políticas públicas tende a não surtir tanto efeito e as leis não inibem as ações dos criminosos e isso se torna desafiante para atuação do BPMA.

Essas respostas contribuem para a análise do papel do aspecto cultural e histórico da colonização brasileira e da falta de consciência ambiental como fatores desafiadores na atuação do BPMA da PMGO, estabelecendo uma relação entre as percepções dos policiais entrevistados e os desafios identificados no estudo. É relevante destacar que a não participação de alguns entrevistados, que inicialmente deveriam participar da pesquisa, é um elemento a ser levado em consideração na análise dos resultados do estudo. Embora essa não participação não tenha afetado a coleta de dados e muito menos a análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos através do questionário e das entrevistas realizadas com os policiais do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) da Polícia Militar do Estado de Goiás e outros entrevistados envolvidos na preservação ambiental, é possível inferir algumas conclusões pertinentes.

O estudo revela uma série de desafios enfrentados pelo BPMA, incluindo a exploração ilegal de recursos naturais associadas ao aspecto cultural e histórico da colonização, a falta de consciência ambiental da população, a influência do poder aquisitivo de exploradores/empresários, a resistência por parte da população e a falta de conhecimento sobre as áreas de atuação da unidade. Além disso, a extensão territorial de Goiás é considerada um desafio adicional. A necessidade de incluir a disciplina de Educação Ambiental como obrigatória na rede Estadual e

Municipal de Ensino foi mencionada como uma medida fundamental para promover uma mudança de comportamento e consciência ambiental na sociedade.

Embora o avanço tecnológico tenha trazido benefícios para a detecção e apuração de crimes ambientais, também apresenta desafios, pois os criminosos podem desenvolver métodos mais sofisticados. Portanto, é essencial que os órgãos de fiscalização estejam atualizados e capacitados para lidar com essas novas tecnologias. Os entrevistados ressaltaram a importância de políticas públicas voltadas para a exploração sustentável dos recursos naturais, enfatizando que a falta de ações governamentais eficazes contribui para a perpetuação dos crimes ambientais. Um desafio crítico identificado foi a capacidade de resposta limitada devido ao baixo contingente de policiais frente ao grande número de ocorrências, o que muitas vezes leva à necessidade de priorização de casos e à falta de investigação em várias situações conhecidas.

Portanto, para lidar com os desafios identificados, sugerem-se ações como a implementação de políticas públicas mais efetivas, investimentos em educação ambiental, maior capacitação tecnológica para os órgãos de fiscalização, além do aumento do efetivo e recursos destinados ao BPMA, visando melhorar sua capacidade de resposta e atuação na preservação ambiental em Goiás.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Diário Oficial da União, 5 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em 25 set. 2023.

CARVALHO, Viviane Grams, ESTENDER, Antônio Carlos. CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL CONTRIBUINDO PARA ELIMINAR O DESPERDÍCIO E AMPLIAR AS AÇÕES A FAVOR DO MEIO AMBIENTE. Curso de Administração, Universidade Guarulhos, São Paulo, Brasil 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/3457/9726/17914>. Acesso em 18 out.

2023.

Comando Ambiental. Disponível em: http://www.conscienciaambiental.go.gov.br/comando_ambiental.html. Acesso em 25 ago. 2023.

FILHO, André Luis Fortes, COSTA, Vinicius Rodrigues da. **A ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DE GOIÁS.** Acervo digital SSP GO, p. 2-15, 9-Out.

2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1209>. Acesso em 25 de set.2023.

MACHADO, Fram Leiker Bruno, SILVA, Bruna Daniella de Souza. **ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NOS CRIMES AMBIENTAIS.** Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1732/1/979154497-1420_Fram_Leiker_Bruno_Machado_Dep%C3%B3sito_Final_13447_1882957661. Acesso em 18 de out. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, 18ª Ed., pág. 489, Malheiros, 1993.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **História do Brasil Pau-brasil: Extrativismo foi a primeira atividade econômica da colônia.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/pau-brasilextrativismo-foi-a-primeira-atividade-economica-dacolonia.htm>? Acesso em 18 out. 2023.

Polícia Militar de Goiás, GOIÁS. **Síntese Histórica da Polícia Militar**, 1972.27 p;
SOUZA, Cibele de, O ANHANGUERA, Ano I, Quadrimestral, 1999, 224 p.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Colônia de Exploração"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/exploracao.htm>. Acesso em 18 out. 2023.

SOUZA, Líria Alves de. **"Acidente com césio-137"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/acidente-cesio137.htm>. Acesso em 26 ago. 2023.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE A ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL- PMGO NO CONTEXTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL NA PERSPECTIVA DO POLICIAL MILITAR

Convido você a participar deste questionário, que faz parte de um estudo acadêmico acerca dos principais desafios do Batalhão de Polícia Militar Ambiental- PMGO no contexto da atividade operacional. Sua participação desempenha um papel crucial na coleta de dados e na consecução dos objetivos deste projeto de pesquisa.

Sua participação é voluntária e anônima. Suas respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Agradeço antecipadamente por sua contribuição. Se você tiver alguma dúvida ao longo do processo, não hesite em entrar em contato comigo.

Contato do pesquisador:

Giovane de Jesus Santos: (62) 9 9819-1901

Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

"Diante de tal exposto, declaro que fui devidamente informado (a), ao clicar em "SIM", aceito participar desta pesquisa".*

SIM, desejo participar desta pesquisa.

Não desejo participar desta pesquisa.

1 Você considera que o aspecto cultural e histórico da colonização do Brasil colabora para exploração ilegal dos recursos naturais de forma ilegal? *

SIM

NÃO

2 Você considera que a extensão territorial do estado de Goiás é um desafio para a atuação do BPMA da PMGO?

*

SIM

NÃO

3 Você considera que a falta de consciência ambiental torna -se um dos fatores desafiante para a atuação do BPMA da PMGO?

*

SIM

NÃO

4 Você considera que um dos principais desafios da atuação do BPMA da PMGO está relacionado com o grande poder aquisitivo de muitos exploradores/empresários e correlacionados politicamente?

*

SIM

NÃO

5 Você considera que a disciplina de Educação Ambiental deveria ser obrigatória na rede Estadual e Municipal de Ensino?

*

SIM

NÃO

6 Você considera que parte da população tem uma resistência para com a atuação do BPMA?

*

SIM

NÃO

7 Você considera que parte da população desconhece as áreas de atuação do BPMA?

*

SIM

NÃO

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

ENTREVISTA PARA A PESQUISA DE CAMPO REFERENTE AO TRABALHO: A ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL- PMGO NO CONTEXTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL NA PERSPECTIVA DO POLICIAL MILITAR.

Convido você a participar deste questionário, que faz parte de um estudo acadêmico acerca dos principais desafios do Batalhão de Polícia Militar Ambiental-PMGO no contexto da atividade operacional. Sua participação desempenha um papel crucial na coleta de dados e na consecução dos objetivos deste projeto de pesquisa.

Sua participação é voluntária e anônima. Suas respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Agradeço antecipadamente por sua contribuição. Se você tiver alguma dúvida ao longo do processo, não hesite em entrar em contato comigo.

Contato do pesquisador:

Giovane de Jesus Santos: (62) 9 9819-1901

Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

"Diante de tal exposto, declaro que fui devidamente informado (a), ao clicar em "SIM", aceito participar desta pesquisa".

*

Sim

Não

1 Você considera que o aspecto cultural e histórico da colonização do Brasil colabora para exploração ilegal dos recursos naturais de forma ilegal?

*

Sim

Não

2 Você considera que a falta de consciência ambiental torna -se um dos fatores desafiantes para a atuação do BPMA da PMGO?

*

Sim

Não

3 Você considera que a disciplina de Educação Ambiental deveria ser obrigatória na rede Estadual e Municipal de Ensino? POR QUÊ?

*

4 Você considera que o avanço da tecnologia trouxe malefícios para a atuação dos órgãos fiscalizadores? por quê?

*

5 Como conscientizar uma população que historicamente explora de forma ilegal os recursos naturais? A educação ambiental seria uma solução imediata? Os governantes deveria estarem mais preocupados com os danos que tais explorações ilegais traz para o meio ambiente?

*

6 Quais são os desafios mais críticos em relação a preservação ambiental e atuação dos órgãos fiscalizadores?